



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

### 2ª VARA DO TRABALHO DE RIBEIRÃO PRETO - 0042

[ 2001 a 2500 processos ]

Entre os dias 27 e 31 do mês de março de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 02/2017, divulgado em 02/02/2017 no DEJT (Edição 2161/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 287). Presentes o Juiz Titular WALNEY QUADROS COSTA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

<b>Equipe de Correição:</b>	Ayrton Rocha, Jacqueline Aparecida Campos Lopes, Luís Cláudio da Silva, Norton Luiz Bechtluft e Suely Suzuki
<b>Jurisdição Atendida:</b>	JARDINOPOLIS, RIBEIRAO PRETO, GUATAPARA
<b>Lei de Criação:</b>	7.471/86
<b>Data de Instalação:</b>	10/04/1987
<b>Data de Instalação do PJE:</b>	14/05/2014
<b>Data da Última Correição:</b>	05/04/2016
<b>Acervo Físico/Acervo Total:</b>	40 %
<b>Acervo PJe/Acervo Total:</b>	60 %



**1 - TITULARIDADE:**

*(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)*

<b>JUIZ TITULAR</b>	<b>TITULAR DESDE</b>
WALNEY QUADROS COSTA	05/04/1999

**Afastamentos:**

<b>PERÍODO</b>	<b>MOTIVO</b>	<b>SUBSTITUTO</b>
28/03/2016 a 11/04/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
17/08/2016 a 15/09/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
09/01/2017 a 07/02/2017	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



**2 - JUIZES AUXILIARES [01/04/2016 a 16/03/2017]:**

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
MARCIO CAVALCANTI CAMELO	07/01/2017 a 08/01/2017

**Afastamentos: Não houve**

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
MONICA MUNIZ BARRETTO VOLASCO FOSCHI	07/01/2016 a 19/12/2016
MONICA MUNIZ BARRETTO VOLASCO FOSCHI	07/01/2017 a 22/03/2017

**Afastamentos:**

<b>PERÍODO</b>	<b>MOTIVO</b>	<b>SUBSTITUTO</b>
13/04/2016 a 12/05/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
19/10/2016 a 17/11/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
09/01/2017 a 07/02/2017	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
08/02/2017 a 09/03/2017	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
13/03/2017 a 22/03/2017	FERIAS	SEM SUBSTITUTO

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
PAULA RODRIGUES DE ARAUJO LENZA	08/02/2017 a 22/03/2017

**Afastamentos: Não houve**



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.1 - Lotação [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANDERSON VIEIRA	REQ	FC-04 CALCULISTA	01/11/1993
ANDREA CRISTINA LUZ BASILIO D'ANDREA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	03/11/2014
CARLOS ALBERTO ROSA	TJA	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	25/08/2005
ELEUSA SILVA	AJA	-	14/05/2009
FERNANDA DUBOC BIRCHES LOPES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/06/2004
GABRIELA SINICIO VIEIRA CREPALDI	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	03/10/2011
GUSTAVO MOREIRA DA CUNHA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	19/11/1987
IDELI PARRA VILELA LOURENCO	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	15/12/2006
LUCIENE PEDERSOLI PIERONI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	09/02/1994
MARIA RITA GARCIA SANTORO PEREZ	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	11/02/1994
NEIVA CRISTINA PIRES DE OLIVEIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	16/08/1999
TELMA DE FATIMA CAMILLES DE LUCCA	TJA	-	22/09/2014
WANDERLEY VICENTINI JUNIOR	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	31/08/2015
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			<b>11</b>
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO</b>			<b>2</b>
<b>LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT</b>			<b>15-16</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.2 - Ausências, exceto férias [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	11
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	1
LICENÇA À GESTANTE	120
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	17
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	3
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
VIAGEM A SERVIÇO	3
<b>TOTAL</b>	<b>217</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.3 - Estagiários [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO CONVENIADO</b>	<b>INÍCIO DO ESTÁGIO</b>
LIGIA ZANETTI COSTA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/05/2015



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.4 - Ações de capacitação [31/01/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

<b>JUIZES</b>	<b>HORAS</b>
WALNEY QUADROS COSTA	8

<b>SERVIDORES</b>	<b>HORAS</b>
CARLOS ALBERTO ROSA	40
FERNANDA DUBOC BIRCHES LOPES	47
GUSTAVO MOREIRA DA CUNHA	15
WANDERLEY VICENTINI JUNIOR	36



#### 4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
<b>CONHECIMENTO</b>	Aguardando primeira audiência	1.912	1.336	1.498
	Aguardando encerramento da instrução	854	860	1.020
	Aguardando prolação de sentença	214	105	110
	Aguardando cumprimento de acordo	286	367	426
	Solucionados pendentes de finalização na fase	5.145	4.065	4.682
	<b>Pendentes de finalização</b>		<b>5.391</b>	<b>4.191</b>
<b>LIQUIDAÇÃO</b>	Pendentes de homologação dos cálculos	1.074	531	645
	Liquidados pendentes de finalização na fase	1.648	509	924
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>1.933</b>	<b>850</b>	<b>1.184</b>
<b>EXECUÇÃO</b>	Pendente de extinção da execução	2.238	1.461	1.539
	Encerrados pendentes de finalização na fase	594	604	733
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>2.539</b>	<b>1.593</b>	<b>1.942</b>
<b>ARQUIVO</b>	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	235	85	322
<b>TOTAL</b>		<b>10.098</b>	<b>6.720</b>	<b>8.234</b>





**5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2016 a 01/2017]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>RESOLVIDOS</b>	<b>PENDENTES</b>
Embargos de declaração	214	177	74
Exceções de Incompetência	10	2	10
Antecipações de Tutela	328	283	74
Impugnações à Sentença de Liquidação	27	10	46
Embargos à Execução	91	51	102
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	1	1
Exceções de Pré-Executividade	15	9	23
<b>TOTAIS</b>	<b>685</b>	<b>533</b>	<b>330</b>



**6 - RECURSOS [04/2016 a 01/2017]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>	<b>SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>
Recurso Ordinário	561	637	92
Recurso Adesivo	14	20	8
Agravo de petição	37	48	7
Agravo de Instrumento	10	9	3
<b>TOTAIS</b>	<b>622</b>	<b>714</b>	<b>110</b>



## 7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

### 7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	466	210	199	207
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.335	411	349	374
<b>Total / Média</b>	<b>1.801</b>	<b>359</b>	<b>311</b>	<b>333</b>

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	396	216	202	209
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.024	409	351	373
<b>Total / Média</b>	<b>1.420</b>	<b>355</b>	<b>312</b>	<b>331</b>

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	188	21	24	24
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	650	29	36	32
<b>Total / Média</b>	<b>838</b>	<b>27</b>	<b>33</b>	<b>30</b>

### 7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	49	257	253	256
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	314	293	266	274
<b>Total / Média</b>	<b>363</b>	<b>288</b>	<b>264</b>	<b>271</b>

\*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

### 7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	164	2.852	1.947	2.080
Do início ao encerramento da execução - ente público	26	1.434	1.226	1.105
<b>Total / Média</b>	<b>190</b>	<b>2.658</b>	<b>1.870</b>	<b>1.973</b>

\*Do início até a extinção da execução

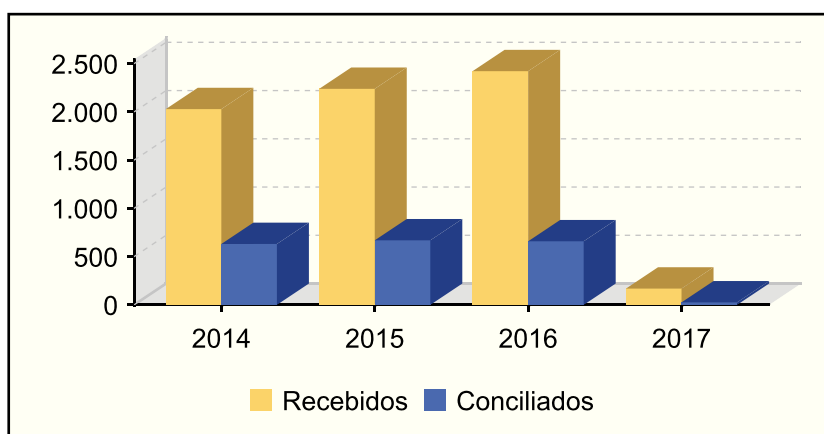


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

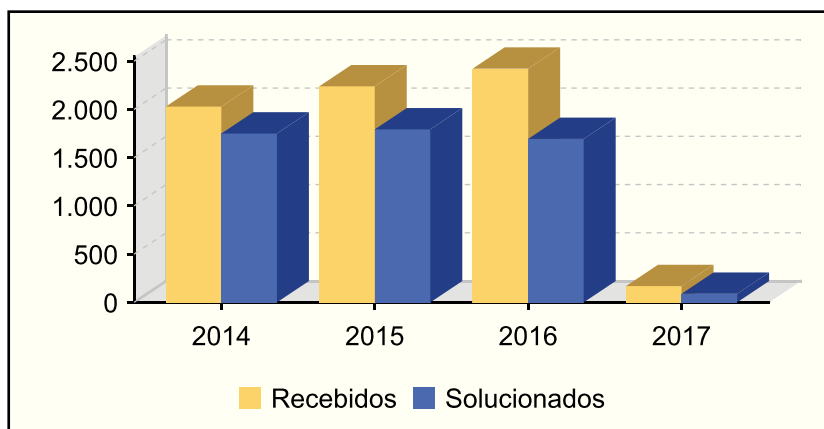
### 8.1 - Índice de conciliações [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	2.029	631	31,10
2015	2.239	669	29,88
2016	2.422	659	27,21
2017	169	26	15,38



### 8.2 - Índice de soluções [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.029	1.750	86,25
2015	2.239	1.793	80,08
2016	2.422	1.694	69,94
2017	169	89	52,66



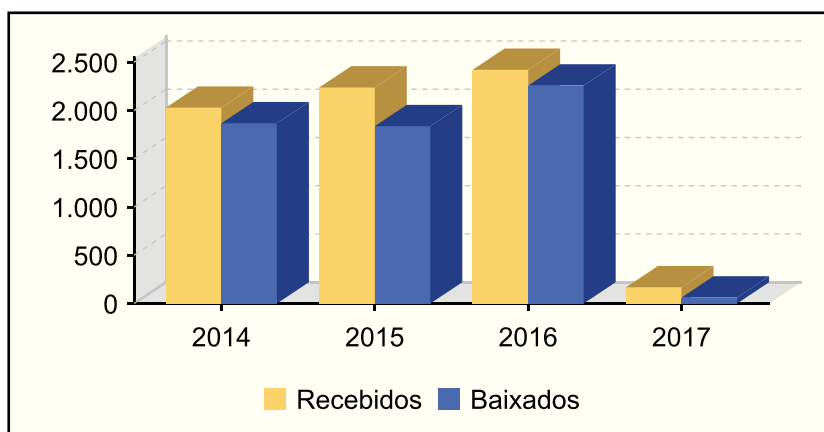


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

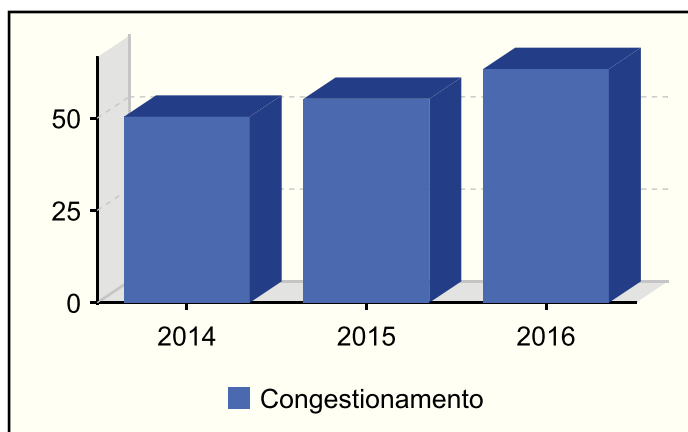
### 8.3 - Índice de baixas [até 01/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	2.029	1.868	92,07
2015	2.239	1.838	82,09
2016	2.422	2.259	93,27
2017	169	62	36,69



### 8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.500	2.029	1.750	50,41
2015	1.769	2.239	1.793	55,26
2016	2.197	2.422	1.694	63,33

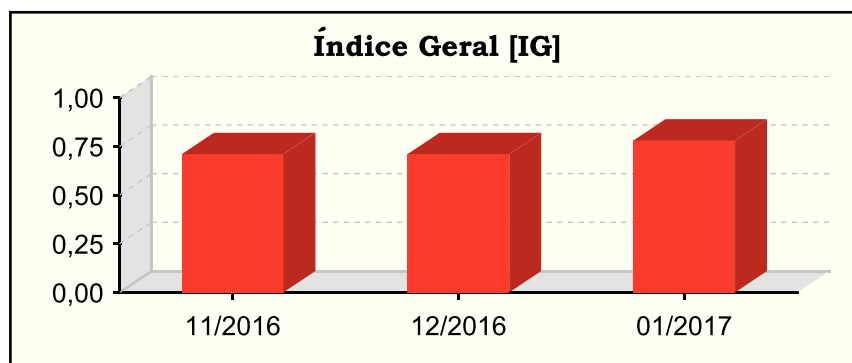
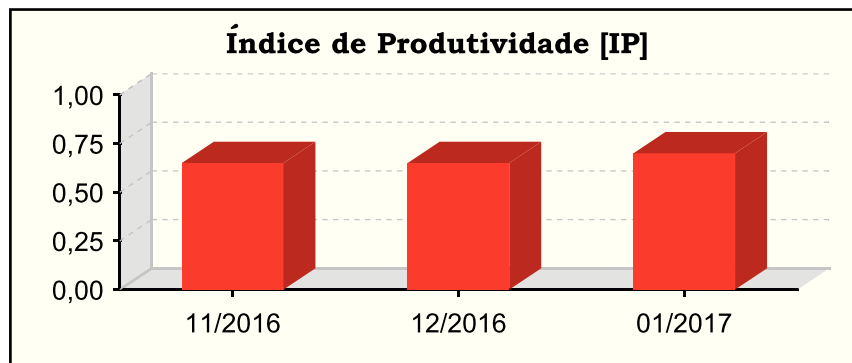
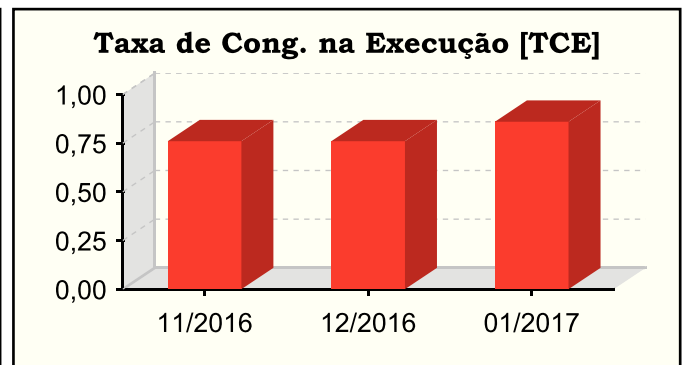
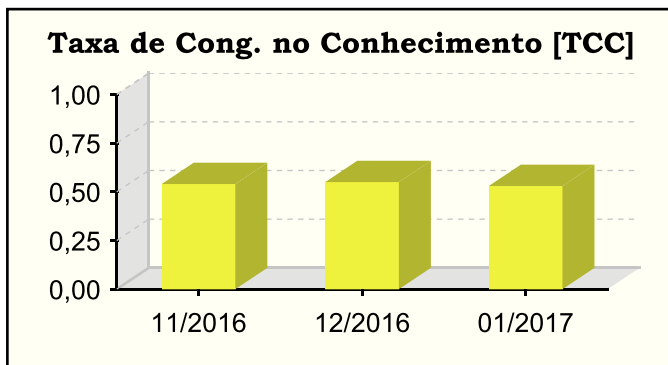




### 9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
11/2016	0,54	0,76	0,65	0,71
12/2016	0,55	0,76	0,65	0,71
01/2017	0,53	0,86	0,70	0,78





### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	663	55,3	34,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	753	62,8	38,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.416	118,0	72,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	290	24,2	14,9
Incidentes Processuais Resolvidos	638	53,2	32,8
Dias-Juiz	583	48,6	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	40.898	69,6	42,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	47.881	81,4	50,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	88.779	151,0	93,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	18.776	31,9	19,7
Incidentes Processuais Resolvidos	34.680	59,0	36,4
Dias-Juiz	28.605	48,6	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.919	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.811	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.065	45,8	---

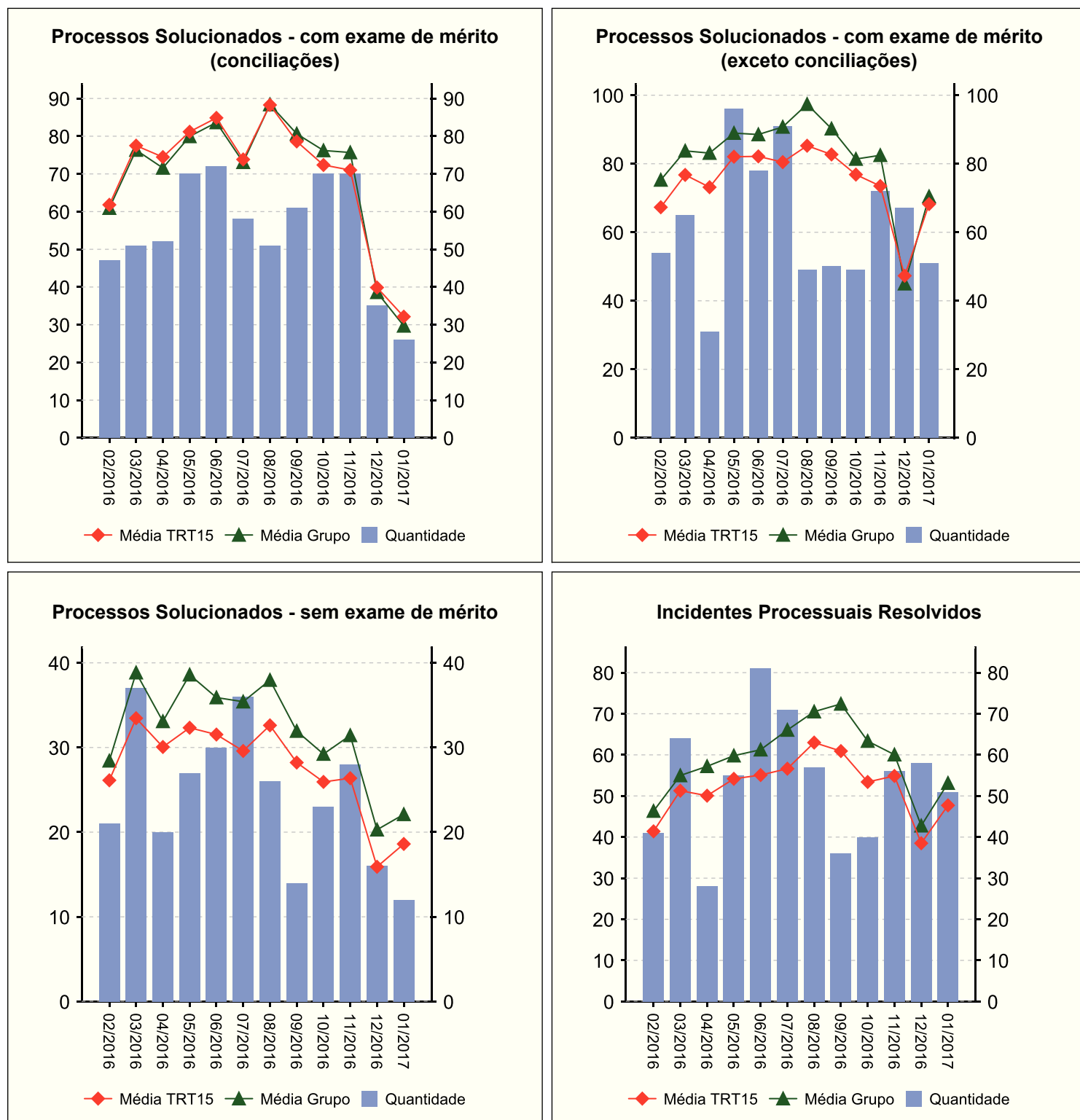
\*Aferição de Resultado Individual Aproximado



### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

## Resumo - Processos







## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	477	39,8	24,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	457	38,1	23,5
Sessões de audiência realizadas - una	1.322	110,2	68,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	24	2,0	1,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	159	13,3	8,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.779	148,3	91,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	183	15,3	9,4
Dias-Juiz	583	48,6	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	42.055	71,5	44,1
Sessões de audiência realizadas - instrução	30.044	51,1	31,5
Sessões de audiência realizadas - una	53.109	92,2	55,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	9.644	16,4	10,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	9.824	16,7	10,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	83.153	141,4	87,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	19.468	33,1	20,4
Dias-Juiz	28.605	48,6	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	124.374	73,5	44,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	89.510	48,8	31,9
Sessões de audiência realizadas - una	154.037	84,5	55,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	29.569	16,1	10,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	30.829	16,8	11,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	243.547	132,7	86,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	60.398	32,9	21,6
Dias-Juiz	84.065	45,8	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

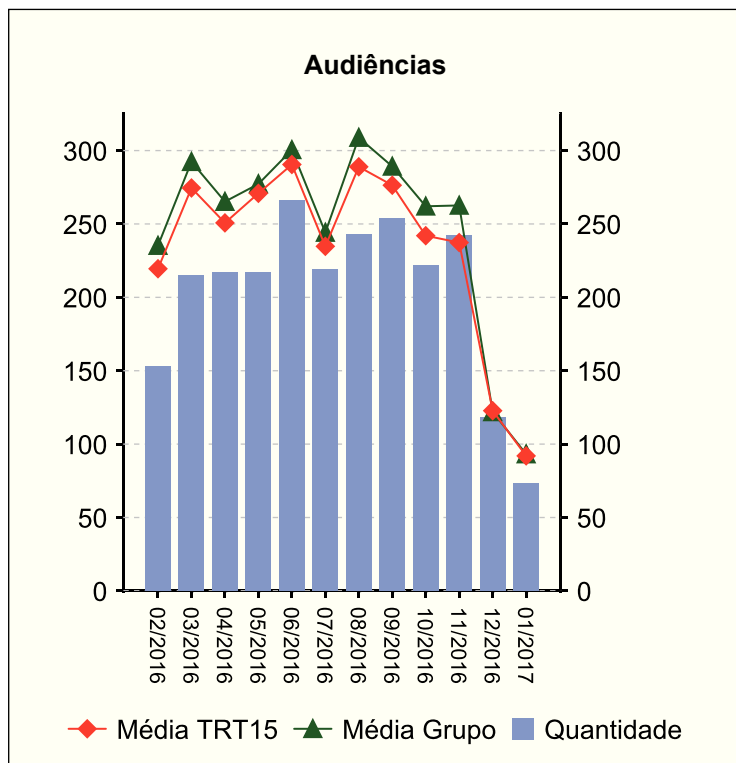


## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

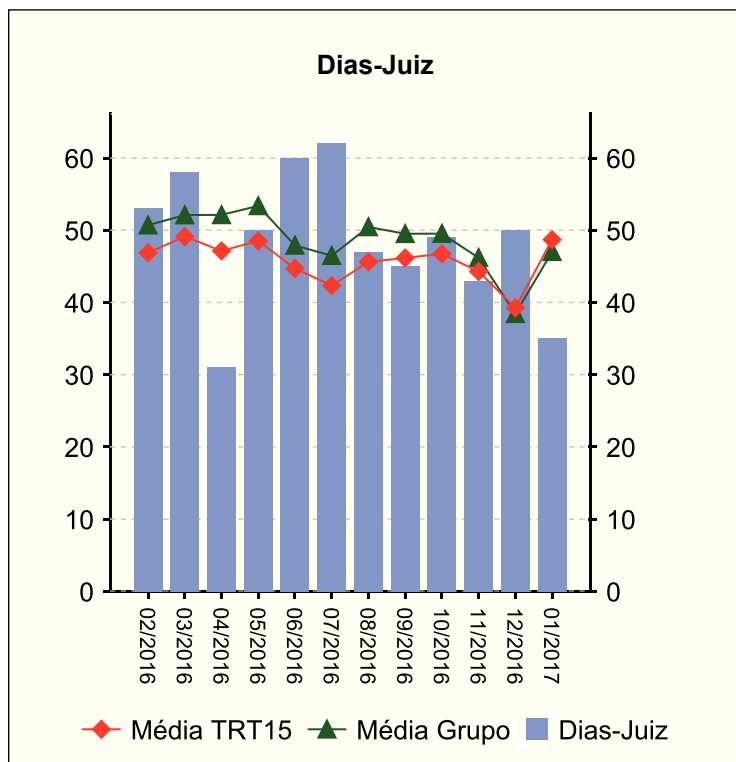
[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

### Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	1	3	6	34	109	153
03/2016	1	16	20	46	132	215
04/2016	1	18	53	30	115	217
05/2016	0	8	48	31	130	217
06/2016	1	8	70	51	136	266
07/2016	1	9	44	46	119	219
08/2016	1	14	53	54	121	243
09/2016	5	37	43	57	112	254
10/2016	0	20	43	41	118	222
11/2016	10	22	56	24	130	242
12/2016	3	4	21	37	53	118
01/2017	0	0	20	6	47	73
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>159</b>	<b>477</b>	<b>457</b>	<b>1322</b>	<b>2439</b>



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
02/2016	53
03/2016	58
04/2016	31
05/2016	50
06/2016	60
07/2016	62
08/2016	47
09/2016	45
10/2016	49
11/2016	43
12/2016	50
01/2017	35
<b>Média Mensal</b>	<b>48,6</b>



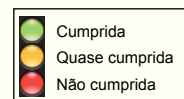
### 11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

#### Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

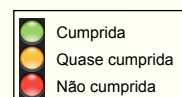
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
2422	1694	728	202	141	70 %



#### Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

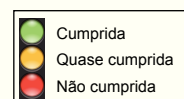
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2029	1826	1895	0	141	53	37 %	100 %



#### Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
417	759	0	35	63	100 %





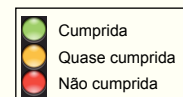
**11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:**

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

**Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas**

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

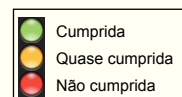
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
15	15	0	0	100 %



**Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento**

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
289	347	283	77 %





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



**12 - ARRECADAÇÃO [04/2016 a 01/2017]:**

*(fonte: e-Gestão)*

<b>CUSTAS</b>	<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>EMOLUMENTOS</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>
R\$ 33.315,56	R\$ 330.328,04	R\$ 82,95	R\$ 1.517.480,97



### 13 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

<b>Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)</b>	<b>Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)</b>	<b>Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))</b>	<b>Lotação atual (exceto OJA)</b>	<b>Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)</b>
2.230	2001 a 2500	15-16	13	13

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está dentro dos parâmetros previstos na referida Portaria.

### 14 – ACERVO DA UNIDADE:

#### 14.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

*(fontes: informação da Unidade e consulta realizada na Corregedoria)*

	<b>PJe*</b>		<b>SAP*</b>
Data de corte:	4/4/2016	Data de corte:	4/4/2016
Saldo:	18	Saldo:	1.882
Data do mais antigo	26/2/2016	Data do mais antigo	21/1/2014
		<b>Total:</b>	<b>1.900</b>

*\*Consulta realizada no dia 20/3/2017, entre 13/14h.*



## **14.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:**

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,78.

Além disso, como indicado no item anterior, foi constatada a existência de expressivo saldo de processos sem tramitação há mais de 30 dias.

Cabe destacar que a Unidade foi selecionada, com base nos índices apurados no último MGD – Mapeamento Global de Desempenho do mês de janeiro de 2017, para integrar o Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional, tendo sido convocada a participar de encontro em Campinas nos dias 23 e 24/03/2017 para receber informações e esclarecimentos sobre o projeto.

As atividades estão relatadas no Pedido de Providências Nº 230/2017 PROAD.

## **15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):**

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

**15.1** – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010087-85.2016.5.15.0042, 0010215-76.2014.5.15.0042 e 0010479-93.2014.5.15.0042;

**15.2** – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 16/3/2017, verificou-se a existência de 429 protocolos nos últimos 12 meses, com 23 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0002407-54.2013.5.15.0042, 0002223-98.2013.5.15.0042 e 0097100-74.2006.5.15.0042);

**15.3** – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure



crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos n° 0000019-47.2014.5.15.0042, 0000033-70.2010.5.15.0042 e 0001412-41.2013.5.15.0042;

**15.4** – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

**15.5** – há audiências designadas em cinco dias da semana, segundo consulta ao PJe no período de 20/3/2017 a 31/12/2018;

**15.6** – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 159 no período de 02/2016 a 01/2017;

**15.7** – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

## **16 – PRODUTIVIDADE DA VARA:**

### **16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:**

A Unidade apresenta índice de 0,84 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a





divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 2ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto apresenta 84% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 48,6 dias-juiz nos últimos doze meses, igual à média do grupo (48,6).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (34,1) inferior à média de referido grupo (42,9) e do TRT (45,6). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês foi de 38,7, enquanto a média do grupo foi de 50,2, motivo pelo qual recomenda-se que a unidade envide esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando a redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença.

Destaca-se que as Metas foram quase todas cumpridas, sendo que apenas as Metas 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento) e 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) não foram atingidas, tendo índice de cumprimento de 77% e 70%, respectivamente (item 11).

## **17 – AUDIÊNCIAS**

Em consulta ao PJe realizada em 21/3/2017, às 17h30h, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

<b>TIPO</b>	<b>DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ</b>	<b>QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO</b>	<b>PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)</b>
<b>INICIAIS</b>	05/07/2017	03	121
<b>UNAS</b>	Rito sumaríssimo 05/07/2017	08	121
	Rito ordinário 22/06/2018	82	445
<b>INSTRUÇÕES</b>	22/06/2018	29	445



<b>CONCILIAÇÃO</b>	25/04/2017	0	-
<b>MEDIAÇÃO</b>	25/04/2017	0	-

*Obs. Processos que envolvam órgãos públicos não entram em pauta; processos com pedido de perícia são incluídos em pauta para audiência anterior à prova técnica; Havendo necessidade de cindir a audiência para produção de provas a audiência é desde já designada.*

### **17.1 – Composição das pautas (fonte: Vara do Trabalho)**

#### **17.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO**

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	04	04	03			11
terça	manhã						
	tarde	04	04	03			11
quarta	manhã						
	tarde	04	04	03			11
quinta	manhã	06		02			08
	tarde	05		02			07
sexta	manhã	05		02			07
	tarde						

#### **17.1.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:**

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são designadas audiências em fase de liquidação, geralmente com cálculos já ofertados pelas partes ou laudos periciais, e em fase de execução, em média uma vez por



mês, com 8 a 10 processos, sempre com o juiz presente na Unidade. Também são realizadas audiências junto à CGC e CIC. Em média de 20 processos com periodicidade mensal.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

### **17.1.3 – ANÁLISE:**

Observando o gráfico no Item 10.2, que a Unidade, com dados apurados até 31/1/2017, tem produtividade de audiências unas e de instrução (91,5 – RARIA) superior a média mensal do grupo (87,2 - RARIA), bem como com a média do TRT (86,9), de acordo com os atuais critérios adotados.

Considerando haver audiências de instrução até 22/6/2018 e o fato de não ter sido atingida a Meta 5 da JT para reduzir em 2% o prazo médio de duração do processo, determina-se que o Juízo apresente, no prazo de 15 dias, plano de ação com o propósito de incrementar a pauta de audiências, assim como implementar as boas práticas abaixo descritas, já utilizada em outras unidades deste tribunal com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. E a “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, implementada pela Vara do Trabalho de Itapira, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.



## **18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15**

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016. Não houve retirada de bens ou processos de hastas.

## **19 – RECOMENDAÇÕES:**

**19.1** – utilizar a Tabela Dinâmica do SAP1G, se houver processos físicos, como instrumento de gestão dos feitos sem tramitação;

**19.2** – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art. 246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

**19.3** – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário;

## **20 – DETERMINAÇÕES:**

**20.1** – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para [pfing.regressivas@agu.gov.br](mailto:pfing.regressivas@agu.gov.br) e [regressivas@tst.jus.br](mailto:regressivas@tst.jus.br), nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br)), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

**20.2** – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis



coletivas;

**20.3** – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

**20.4** – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

**20.5** – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata não foram integralmente cumprida as de nº Metas 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento) e 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano);

**20.6** – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

**20.7** – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

**20.8** – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP1G e a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no Pje;

**20.9** – velar diariamente para que em caso de bloqueio efetivado via BACENJUD haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio;

**20.10** – utilizar todas as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

**20.11** – utilizar regularmente as ferramentas SERASA, CCS, CENIB, e SIMBA, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

**20.12** – A fim de tornar aferível a real situação da pauta de instruções, a Unidade deverá, doravante, designar audiência de instrução no mesmo ato em que for determinada



a perícia;

## 21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0179600-32.2008.5.15.0042	Ocorrência LNS	Processo na ocorrência LNS desde 26/8/2016. Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao prosseguimento, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular1/2016-CR. Há outros 8 processos nessa ocorrência.
2	0042500-89.1995.5.15.0042	Ocorrência BDT	Processo na ocorrência BDT desde 24/7/2015. Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao prosseguimento, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular1/2016-CR. Há outros 32 processos nessa ocorrência.
3	0022900-28.2008.5.15.0042	Ocorrência DES	Processo na ocorrência DES desde 25/10/2015. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se o prosseguimento do feito. Há outros 36 processos nessa ocorrência.
4	0002388-48.2013.5.15.0042	Prazo	No prazo para manifestação sobre alegação da parte contrária vencido desde 22/4/2014. Processo constante da Meta 2 do CNJ. Determina-se o prosseguimento do feito.
5	0001319-78.2013.5.15.0042	Ocorrência HMA	Na ocorrência HMA – Homologado acordo desde 29/9/2015. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se o prosseguimento do feito.
6	0000851-51.2012.5.15.0042	Ocorrência RCJ	Na ocorrência RCJ – Recebido para prosseguir desde 19/12/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 38 processos nessa ocorrência.
7	0000851-51.2012.5.15.0042	Ocorrência RMA	Processos na ocorrência, pendente na variável 342 – Aguardando finalização da fase de conhecimento.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



	0192600-46.2001.5.15.0042 0127100-23.2007.5.15.0042		Regularizar os feitos.
<b>8</b>	0155600-75.2002.5.15.0042	Ocorrência RMJ	Na ocorrência RMJ desde 2/5/2006, pendente na variável 342 - Aguardando finalização da fase de conhecimento. Recursos no TRT já tiveram baixa definitiva. Regularizar o feito.
<b>9</b>	0122300-20.2005.5.15.0042	Ocorrência ROS	Na ocorrência desde 8/6/2015, dentro da variável 342 - Aguardando finalização da fase de conhecimento. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Fazer os autos conclusos para deliberação quanto ao prosseguimento.
<b>10</b>	0121500-84.2008.5.15.0042 0135800-17.2009.5.15.0042	Ocorrência APS	Processos na ocorrência APS, pendentes na Variável 346 - Aguardando finalização da fase de liquidação. Processos principais em fase de execução. Regularizar todos os mencionados feitos.
<b>11</b>	0158000-86.2007.5.15.0042 0002001-04.2011.5.15.0042 0001025-25.2013.5.15.0042	Na ocorrência DEX	Processos na ocorrência DEX - documento expedido, dentro da variável 346 - Aguardando finalização da fase de liquidação. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 Fazer os autos conclusos para deliberação quanto ao prosseguimento.
<b>12</b>	0080600-25.2009.5.15.0042	Na ocorrência LIQ	Na ocorrência LIQ desde 30/5/2016, dentro da variável 346 - Aguardando finalização da fase de liquidação. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012 Fazer os autos conclusos para deliberação quanto ao prosseguimento.
<b>13</b>	0186100-80.2009.5.15.0042	Na ocorrência RCT	Na ocorrência RCT desde 24/10/2016, dentro da variável 346 - Aguardando finalização da fase de liquidação. Determina-se a conclusão do feito para deliberações quanto ao prosseguimento. Há outros 21 processos nessa ocorrência.
<b>14</b>	0059100-10.2003.5.15.0042	Na ocorrência RCX	Na ocorrência RCX - Retirado da caixa desde 10/3/2011, dentro da variável 346 - Aguardando finalização da fase de liquidação. Determina-se a conclusão do feito para deliberações quanto ao prosseguimento.
<b>15</b>	0000764-32.2011.5.15.0042	Na ocorrência ROJ	Na ocorrência ROJ - Remetido ao oficial de justiça desde 13/8/2015, dentro da variável 346 - Aguardando finalização da fase de liquidação. Determina-se a conclusão do feito para deliberações quanto ao prosseguimento.
<b>16</b>	0182500-71.1997.5.15.0042	Na ocorrência AEE	Na ocorrência AEE - Arquivo provisório em execução desde 21/11/2012, dentro da variável 346 - Aguardando finalização da fase de liquidação. Determina-se a conclusão do feito para deliberações quanto ao prosseguimento. Há outros 27 processos





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



			nessa ocorrência.
<b>17</b>	0062800-43-1993.5.15.0042	Ocorrência EEN	Na ocorrência EEN – Execução encerrada desde 24/2/2016. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao prosseguimento.
<b>18</b>	0062800-43-1993.5.15.0042	Ocorrência EXE	Na ocorrência EXE – Execução Trabalhista e Previdenciária desde 22/1/2016. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao prosseguimento. Há outros 6 processos nessa ocorrência.
<b>19</b>	0010290-81.2015.5.15.0002	Aguardando cumprimento providência	de Processo com prazo de razões finais vencido em 14/11/2015. Encaminhar o processo para a caixa de tarefa “minutar sentença”, com a escolha do respectivo Magistrado, conforme Portaria GP-CR nº 89/2015.
<b>20</b>	0011326-61.2015.5.15.0042	Análise Conhecimento	do Processo pendente na tarefa desde 9/11/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 13 processos na mesma tarefa.
<b>21</b>	0012203-64.2016.5.15.0042	Tarefa Appreciar dependência	Processo pendente na tarefa desde 12/11/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 19 processos na mesma tarefa.
<b>22</b>	0010560-71.2016.5.15.0042	Tarefa Concluso ao Magistrado	Conclusão sem escolha de magistrado desde 2/3/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 9 processos na mesma situação. Tramitar os processos em referência.
<b>23</b>	0010499-16.2016.5.15.0042 0010500-98.2016.5.15.0042	Tarefa Razões finais	Processos com prazo de razões finais vencido em 16/3/2017. Encaminhar os processos para a caixa de tarefa “minutar sentença”, com a escolha do respectivo Magistrado, conforme Portaria GP-CR nº 89/2015.
<b>24</b>	0012263-71.2015.5.15.0042	Tarefa pericia	designar Processo pendente na tarefa desde 6/3/2017, quesitos apresentados em 11/10/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



			processo. Há outros 10 processos na mesma tarefa.
<b>25</b>	0011391-22.2016.5.15.0042	Tarefa Minutar dependência	Processo pendente na tarefa desde 21/9/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 4 processos na mesma tarefa.
<b>26</b>	0073900-33.2009.5.15.0042	Aguardando cumprimento de providência – Liq	Pendente na tarefa desde 25/1/2017. Há concordância da reclamante com os cálculos da reclamada, requerimento de homologação ainda não apreciado. Determina-se a urgente tramitação do processo, tratando-se a reclamada de órgão público.
<b>27</b>	0000303-94.2010.5.15.0042 0011423-42.2015.5.15.0113 0000167-29.2012.5.15.0042	Aguardando cumprimento de providência – Liq	Pendente na tarefa desde 16/2/2017. Há despacho exarado determinando de expedição de requerimento/precatório ainda não cumprida. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Cumpra-se com urgência a determinação exarada.
<b>28</b>	0000543-78.2013.5.15.0042	Aguardando audiência liq	Houve audiência no CIC em 30/9/2016. Processo em fase de execução. Determina-se a regularização do feito e o prosseguimento. Há outros 27 processos na tarefa. Determina-se a regularização e tramitação de todos.
<b>29</b>	0001153-17.2011.5.15.0042	Análise de liquidação	Pendente na tarefa desde 26/2/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 126 processos na mesma tarefa.
<b>30</b>	0001373-44.2013.5.15.0042	Iniciar liquidação	Pendente na tarefa desde 6/10/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 150 processos na mesma tarefa.
<b>31</b>	0002067-13.2013.5.15.0042	Minutar decisão – Liq	Pendente na tarefa desde 6/3/2017. Processo em fase de execução. Determina-se a regularização e tramitação do feito.
<b>32</b>	0000238-94.2013.5.15.0042	Minutar despacho – Liq	Pendente na tarefa desde 34/11/2016. Processo em fase de execução. Determina-se a regularização e tramitação do feito.
<b>33</b>	0001368-22.2013.5.15.0042	Minutar expediente de secretaria – Liq	Pendente na tarefa desde 4/10/2016. Há depósito do valor da execução. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 49 processos na mesma tarefa.
<b>33</b>	0001172-52.2013.5.15.0042	Tarefa Registrar parcelas ou despesas	Pendente na tarefa desde 8/2/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a



		processuais	ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo.
<b>34</b>	0010277-82.2015.5.15.0042 0010149-96.2014.5.15.0042 0000159-18.2013.5.15.0042 0001944-15.2013.5.15.0042	Aguardando audiência Exec	Houve audiência no CIC em 30/9/2016. Determina-se a regularização do feito e o prosseguimento. Há outros 27 processos na tarefa. Determina-se a regularização e tramitação de todos.
<b>35</b>	0011583-86.2015.5.15.0042	Análise da Execução	Pendente na tarefa desde 28/9/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outro 46 processos nessa tarefa.
<b>36</b>	0011273-17.2014.5.15.0042	Tarefa Concluso ao Magistrado Exec	Conclusão sem escolha de magistrado desde 18/3/2016. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros 6 processos na mesma situação. Tramitar os processos em referência.
<b>37</b>	0011332-34.2016.5.15.0042	Iniciar Execução	Pendente na tarefa desde 25/1/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 35 processos na mesma tarefa.
<b>38</b>	0011408-29.2014.5.15.0042	Intimações automáticas com pendências - Exec	Pendente na tarefa desde 8/2/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 24 processos na mesma tarefa.

## **22 - CONSTATAÇÕES:**

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores da Secretaria, agrupados em equipes de conhecimento, liquidação e execução, com o trio gerencial e com os Diretores e Assistentes das seis Varas do Fórum, para orientações quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho, regularização das inconsistências e lançamentos das ocorrências nos SAP1 e PJe, entre outros, o lançamento de resultados nos incidentes processuais e recursos, dos valores arrecadados de custas, emolumentos, imposto de renda e contribuição previdenciária e das requisições de pequeno valor – RPV.



Observou-se que ao registrar a análise de documentos no PJe, não vem sendo alterada a cor “balões”, provocando acúmulos injustificados nos agrupadores. Da mesma forma, observou-se a existência de várias petições sem ciência, no SAP1G, embora já apreciadas. Determinou-se a regularização e maior atenção quando do cumprimento da tarefa.

Determinou-se aos servidores a não paralisação de processos em caixas de tarefas intermediárias; que as subcaixas com quinzenas zeradas sejam removidas para auxiliar na melhor gestão de processos; a criação de subcaixas que aguardam vencimento de prazo ou cumprimento de providencia, por exemplo, “aguardando providências”, “aguardando cumprimento de acordo” e “vencimento de prazo”, obedeçam ao formato: “aaaa/mm – quinzena”, facilitando o acompanhamento; que sejam tirados nos agrupadores os destaque de sigilo, quando não mais necessários; que sejam removidas as subcaixas e setores destino não autorizados pela Corregedoria; a não utilização de prazo “zero” nas intimações; a correta destinação de processos que aguardam julgamento, parados aguardando audiência indevidamente, sem audiência designada e processos com razões finais juntadas ou prazo vencido para tanto; e retificação dos lançamentos de processos arquivados que constam ainda o lançamento do DSA, também contando no acervo.

Nas notificações com prazo “zero”, que não sairão da tarefa “aguardando término dos prazos”, automaticamente, para a tarefa “prazos vencidos”, a Unidade deverá proceder ao vencimento manual do prazo, cuidando, ainda de fechar o prazo em aberto (aba “expedientes”).

Orientou-se a Secretária de audiências que coloque lembrete, nas ações dos processos que aguardam encaminhamento (atas assinadas) para identificar a tarefa a ser executada sem necessidade de entrar no processo, bem como para que verifique mensalmente se há processos na raiz que tenham audiência já realizada.

Salientou-se que os processos desarquivados, com ocorrência RMA, sem prosseguimento da execução, deverão receber a ocorrência de nível 2 RCX e não DSA, devendo ser corrigidas as inconsistências no SAP1G.

Apurou-se que mais da metade dos processos que constam da fase de liquidação já tiveram cálculos homologados: ou estão aptos ao arquivamento ou são de execução. A falta de saneamento aumenta desnecessariamente o prazo médio dessa fase. Determinou-se a regularização.

Verificou-se a existências de vários processos na caixa “Aguardando cumprimento de providências” - Bacen, com resposta negativa de bloqueio, Esclareceram tratar de caixa



com processos para triagem e que já está sendo regularizada. Apurou-se também a existência de processos na tarefa solicitação Bacen, desde 14/12/2016, sem tramitação. Determina-se a maior dedicação da equipe para saneamento e finalização dessas tarefas.

A Unidade registra atraso em várias tarefas. Orientou-se para especial atenção aos processos da Meta 2 do CNJ, corrigindo inconsistências, intimando-se a reclamada por edital, quando já esgotadas as ferramentas para sua localização, com cobrança de entrega de laudo pelo perito, reavaliação dos casos de suspensão, colocação dos processos aptos para audiência em pauta prioritária e demais procedimentos que otimizem a solução dos feitos.

A equipe de Correição chamou a atenção, para os lançamentos no movimento 51, sendo vedado o encerramento desse movimento e abertura, no mesmo dia, de nova conclusão para julgamento, uma vez que dessa forma, o movimento não fica registrado no sistema.

### **22.1. Reunião com o trio gerencial**

Preliminarmente, diante do significativo número de processos no acervo físico, orientou-se para a migração dos processos do SAP1G para o Pje, com a máxima urgência, por meio da “macro” disponibilizada pela Corregedoria, anexando o relatório de “ocorrências do processo”, extraído do SAP1G, como segundo documento do PJe, após o saneamento dos processos, excluindo-se os processos aptos para arquivamento por execução frustrada, com expedição de crédito sob demanda, conforme despacho modelo da Corregedoria; os processos de falência; e os processos de execução fiscal em que não há interesse da União.

Quanto à composição da equipe de conhecimento, informaram que a Servidora Ideli Parra Vilela Lourenço, Assistente de Diretor, atua na pré-pauta e como orientadora da pós-pauta. Orientou-se para que passe a integrar apenas uma das equipes, no caso, estando apenas ela e a Secretária de Audiências no pré-pauta, que seja retirada da fase de pós-pauta, ou que haja remanejamento dos integrantes dessa célula, a fim de que não se esvazie a pré-pauta.

Foi informado que os Assistentes dos Juizes atuam em teletrabalho, com todos os requisitos atendidos, sendo orientado que trabalhem no método concentrado e façam parte da equipe de conhecimento. Orientou-se para a formalização.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



Informaram, ainda, que os orientadores não utilizam a tabela dinâmica. Esclareceu que estão começando a adotar após a reunião do projeto Apóia 15 em 23 e 24 de março.

A respeito das intimações eletrônicas, salientou-se os efeitos positivos que podem delas decorrer – especialmente em caso de reclamadas mais frequentes, Poder Público ou empresas que estejam estabelecidas em endereços não atendidos pelos Correios, cujo contato possibilitaria a adoção da prática. Orientou-se que o Diretor de Secretaria ou até mesmo dos Juízes mantenham contato junto aos departamentos jurídicos e aos advogados das empresas com esse perfil para consentimento do recebimento das notificações por e-mail.

Em relação ao procedimento de instrução dos feitos, a equipe informou que, os processos que necessitam de perícia, são colocados na pauta de iniciais. É utilizada a agenda do perito, mas a data fixada fica dependendo de confirmação. Honorários prévios são feitos mediante depósito em conta judicial e liberados ao perito quando da entrega do laudo. Em caso de gratuidade da justiça é feita requisição de pagamento de honorários prévios. Apresentado o laudo aos autos, com prazo fixado de 20 dias, as partes são intimadas para manifestação no prazo de dez dias, mesmo prazo concedido para o reclamante se manifestar sobre defesa e documentos. Verificou-se, ainda, que o perito tem ciência da designação pelo painel do usuário do Pje e a entrega do laudo é feita já com as impugnações e esclarecimentos. Não é designada audiência de instrução na primeira audiência. Os e-mails do perito e das partes são fornecidos na ata.

Sugeriu-se o depósito dos honorários prévios diretamente na conta do perito, considerando-se a natureza da verba e para se economizar o trabalho da Secretaria com notificações e liberação do depósito.

Orientou-se para a colocação de processos na pauta de mediação/UNA ou mediação/Inicial, com revelia e arquivamento no caso de ausência, tal como as boas práticas acima transcritas.

Salientou-se, ainda, a necessidade de ser marcada audiência de instrução, na ocasião em que é designada a perícia, evitando a acumulação processos para inclusão na pauta de instruções e proporcionando maior transparência acerca da situação da pauta de audiências da Unidade.

Foi informado pelo Diretor de Secretaria que estão pensando em determinar o depósito dos honorários advocatícios na conta do perito, embora tenham o temor de que com o procedimento, o perito demore na entrega do laudo. Sugeriu-se que nesse caso, poderia haver um contato direto do Diretor com o perito a fim de que seja evitados atrasos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



No caso de não atendimento pelo perito, orientou-se para a sua destituição e exclusão do rol de peritos da Unidade.

Por fim, orientou-se para que o perito tenha ciência da designação pelo painel do usuário no Pje, sendo desnecessária a intimação do “expert” por e-mail ou notificação postal.

No que se refere ao incentivo à mediação, informaram que são designadas audiências em fase de liquidação, geralmente com cálculos já ofertados pelas partes ou laudos periciais, e em fase de execução, em média uma vez por mês com 08 a 10 processos, sempre com o Juiz presente na Unidade. Também são realizadas audiências junto à CGC e CIC, em média 20 processos, com periodicidade mensal.

A Unidade conta com um servidor capacitado como mediador pela Escola Judicial desse TRT, Anderson Vieira. Orientou-se que sejam colocadas na pauta de mediação da Unidade também processos na fase de conhecimento, assim como sejam encaminhados processos nessa fase à CGC para realização de audiências de conciliação e mediação.

Acerca das notificações por meio eletrônico, salientou-se os efeitos positivos que podem delas decorrer – especialmente em caso de reclamadas mais frequentes, Poder Público ou empresas que estejam estabelecidas em endereços não atendidos pelos Correios, cujo contato possibilitaria a adoção da prática. Informou o Diretor de Secretaria que tentaram a concordância das empresas, mas não conseguiram. Informou-se que já os Oficiais de Justiça foram orientados a manter contatos com as empresas para obterem o consentimento. Sugeriu-se que se insista no contato com os jurídicos das empresas e com os advogados, inclusive com a intervenção do Juiz.

Apurou-se que, no início da liquidação intimam primeiro o reclamante para apresentação de cálculos de liquidação, no prazo de 20 dias e, no silêncio a reclamada para fazê-lo em igual prazo. Apresentados, é dado prazo para a parte contrária impugnar também em 20 dias e após, manifestação da outra parte sobre a impugnação no prazo de 10 (dez) dias.

Com vista à otimização da fase de liquidação, orientou-se para a intimação simultânea das partes ou intimação da reclamada para apresentação e cálculos, com pagamento do valor devido reconhecido. Apresentados os cálculos, deverão ser homologados os que espelhem melhor os direitos deferidos na sentença e liberados os valores depositados ao reclamante. As partes apresentarão eventuais impugnações na forma do art. 884 da CLT.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



Verificou-se na subcaixa “CALCULOS” um número significativo de processos, inclusive relativo a processos envolvendo Órgão Público, o que demanda expedição de precatório/requisitório, ou seja, o reclamante já não vai receber tão logo.

Da mesma forma há processos em número significativo, na caixa “Análise de liquidação”, desde fevereiro de 2016 e “Iniciar liquidação”, desde outubro de 2016.

Apurou-se que os processos em liquidação migrados do SAP1G, quando passam para a fase de execução, permanecem na liquidação.

Determinou-se a regularização, corrigindo-se eventuais inconsistências e dando tramitação urgente aos processos com atraso.

O Diretor de Secretaria informou que a Unidade já contou com duas estagiárias de Contabilidade, que hoje atuam como peritas contábeis. Elogiou-se a iniciativa e sugeriu-se, a repetição da medida, quando da disponibilidade de vaga.

Não há arquivo provisório nessa fase

Embora tenha sido informado no formulário que não há pendências de BACEN, verificou-se a existência de 23 processos pendentes, a exemplo o Processo 010800-59.2002.5.15.0042, com ordem de bloqueio de 29/2/2016, já respondida e sem prosseguimento. Determinou-se o prosseguimento imediato, desse e dos demais processos em situações semelhantes.

No que diz respeito às anotações em CTPS, quando se trata de Pje, a Secretaria tem procedido às anotações e quando se trata de processo físico, tem intimado o reclamante para apresentar do documento em Secretaria. Orientou-se para que sejam intimadas as partes a comparecerem em Secretaria para anotação pela reclamada, ou para que o reclamante compareça na empresa para anotação pelo empregador. Frustrada a tentativa de anotação pela reclamada, a anotação será feita pela Secretaria.

No que se refere ao uso das ferramentas eletrônicas e demais convênios informaram que utilizam o BACENJUD, INFOJUD, BNT. Orientou-se para que a equipe de execução - GIE, comece a usar também o SERASA, CCS, CENIB, INFOSEG e Protesto. Bem como salientou-se ser necessário o cadastramento dos Juizes no SIMBA, encaminhando ao núcleo de execuções a pesquisa avançada de grandes devedores.

Apurou-se a existência de 212 processos no arquivo provisório, com providências esgotadas no SAP1G. Orientou-se que autos sejam retirados do arquivo provisório, refeitas as ferramentas de pesquisa e, se frustradas as tentativas de obtenção de valores para quitação da execução, que sejam arquivados definitivamente com determinação de



expedição de certidão de crédito, sob demanda, conforme despacho-modelo da Corregedoria.

No que se refere ao cadastro de Requisições de Pequeno Valor – RPV, verificou-se pelo relatório do e-gestão pendências de 31 processos, relativos à administração direta e 275 da administração indireta, devendo a Unidade proceder ao saneamento.

Registra-se que, aparentemente, há ótima integração entre os servidores, o que propicia um ambiente de trabalho saudável, contribuindo sobremaneira para a qualidade de vida de seus integrantes.

## **22.2 – Reunião com Diretores e Assistentes do Fórum e da CGC**

A Corregedoria encerra a reunião com os gestores dos Fórum e da CGC, abordando os seguintes temas:


- Razões finais (movimento 51 – PAN) e a Portaria GP/CR nº 89/2015;
- Rastreabilidade de notificações, com mais de seis (06) meses. No sítio dos Correios, na parte superior, à direita, selecione “Fale com os Correios” e, no assunto, “Fale Conosco”, localize e clique “Registro via internet” e preencha os campos da seguinte forma:

**“Você deseja registrar um(a):”** Reclamação;

**“Atendimento:”** Objeto postado com origem e destino nacional;

**Selecionar o item: “ Declaro ter lido e aceito o Termo de uso do Fale com os Correios”;**

e **“Código do Registro”**: preencher o com o número do registrado postal.

- Extração de relatórios do e- Gestão pelo trio gerencial de cada Unidade e pelo orientador de cada fase;
- Audiências do tipo Mediação/UNA e Mediação/INI, conforme apontado no item 17.1.4.;
- Realização de reuniões periódicas dos gestores do Fórum;
- Ferramenta do PJE de “estourar os balões”;
- Ferramenta de captura (“tesourinha” a ) e;
- Os vídeos de “Dicas da Corregedoria”;





-Reserva de numerário, sobre o qual se esclareceu o seguinte:

Unidades solicitante e solicitada devem atentar-se à correta e necessária habilitação de devedores, certificação no EXE15 e atualização dos valores reservados. Assim, realizada a consulta e analisada a possibilidade de ter seu crédito satisfeito, a unidade solicitante expede o ofício para reserva de numerário, enquanto a unidade solicitada, também, pode devolver o ofício, noticiando a insuficiência do crédito para satisfação da reserva solicitada.

### **23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:**

Compareceu o Vice-Presidente da 12ª Subseção de Ribeirão Preto da Ordem dos Advogados do Brasil Fábio Esteves de Carvalho e formalizou o documento PR 133/2017 (que ficará anexo ao PROAD das unidades do Fórum e da CGC), apontando causas que entende tem comprometido a razoável duração do processo, sendo elas:

- “1 – Audiências designadas para mais de um ano após a distribuição da ação;*
- 2- Déficit no 'Delta' das Varas, conforme resposta aos ofícios enviados à cada secretaria da Justiça do Trabalho e respostas em anexo;*
- 3- entrega de guias de retirada exclusivamente aos patronos em obediência a nova orientação do Tribunal;”*

Além disso, informou que a OAB colocará quinze (15) estagiários de Direito à disposição das unidades do Fórum.

Compareceu o advogado Paulo Temporini, OAB/SP nº 91.112, representando advogados militantes da região, em síntese, com os seguintes requerimentos (Protocolo 002852/2017 que ficará anexo ao PROAD das unidades do Fórum e da CGC):

contratação ou remanejamento de servidores para as unidades do Fórum;

implantação de outras duas novas unidades no Fórum, juízes auxiliares fixos para todas as Unidades do Fórum, pauta dobrada, antecipação de audiências designadas para além de três meses após a distribuição ou para instrução;

liberação de guias de retirada e alvará, exclusivamente, aos patronos constituídos nos autos;



designação de audiência junto à Presidência e à Corregedoria, se, em face de dificuldade de atendimento dos requerimentos acima.

Compareceram os advogados Camila Amin Marão, Elisa Baracchini Cury e Manuela Tortul Pereira, OAB/SP nº 275.735.

## **24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:**

**24.1** – O Juiz Titular reside na jurisdição e a Juíza Substituta Auxiliar fixa reside na sede da circunscrição;

**24.2** - Registre-se a designação do Magistrado, Exmo. Sr. Juiz Substituto MARCIO CAVALCANTI CAMELO (de 09 de janeiro a 07 de fevereiro de 2017) para substituir o Titular em virtude de férias.

**24.3** – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença;

**24.4** – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correção foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

**24.5** – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 230/2017.

## **25 – ENCERRAMENTO:**

No dia 31 de março de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.